



Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas & Democratas no Parlamento Europeu



SOCIALISTAS PORTUGUESES
no Parlamento Europeu

EUROPA

SUPLEMENTO DO



FOTOFÉ

HOLLANDE E MERKEL NO PARLAMENTO EUROPEU

PÁG. 2

LILIANA RODRIGUES COM RELATÓRIO APROVADO PELO PARLAMENTO EUROPEU

PÁG. 2

ANTÓNIO COSTA EM BRUXELAS

PÁG. 3

CARLOS ZORRINHO ALCANÇA COMPROMISSO NO PROGRAMA ISA²

PÁG. 3

ENTREVISTA

ANA GOMES: É MUITO IMPORTANTE O VIRAR DE PÁGINA EM PORTUGAL, NA MEDIDA EM QUE ISSO PODERIA AJUDAR A EUROPA A SEGUIR EM FRENTE

PÁG. 4

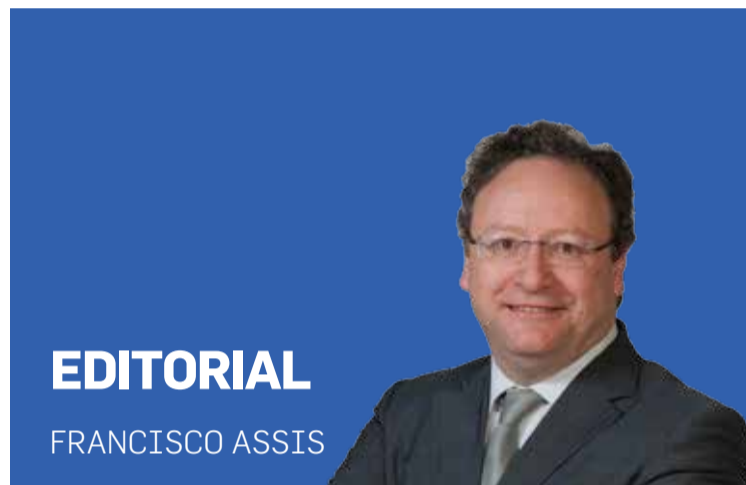
OPINIÃO

RICARDO SERRÃO SANTOS

PÁG. 2

PEDRO SILVA PEREIRA

PÁG. 3



EDITORIAL

FRANCISCO ASSIS

“ A Europa também se faz com gestos, sobretudo quando estes se inscrevem numa simbologia duradoura

No passado dia 7 de Outubro Angela Merkel e François Hollande dirigiram-se conjuntamente aos deputados europeus reunidos em Estrasburgo. Há 25 anos atrás, François Mitterrand e Helmut Kohl haviam feito o mesmo. Nessa ocasião celebrava-se a queda do muro de Berlim e perspectivava-se o futuro do projecto europeu à luz desse novo dado fundamental constituído pelo triunfo da liberdade. Viviam-se, então, tempos épicos e auspiciosos.

Decorrido um quarto de século os temas dominantes nos discursos proferidos pelos dois governantes foram outros e bem diferentes. Por um lado o tratamento da questão dos refugiados que demandam o território europeu e por outro a necessidade de relançar o próprio projecto europeu face aos desafios políticos, económicos e sociais com que está confrontado. Duas coisas ficaram claras: há uma vontade inequívoca de reforçar a cooperação franco-alemã com vista a um reforço da integração europeia e há uma disponibilidade de princípio para aperfeiçoar as políticas de acolhimento dos refugiados.

Hollande e Merkel não trouxeram propriamente grandes novidades. Mas ao apontarem um caminho, ao reiterarem uma vontade comum de reforçado empenhamento na construção europeia e ao contestarem as posições ultranacionalistas e tendencialmente xenófobas, revelam estar à altura das exigências do nosso tempo. A Europa também se faz com gestos, sobretudo quando estes se inscrevem numa simbologia duradoura. Essa simbologia já demonstrou dar frutos práticos e concretos. É isso que nos permite continuar a olhar com optimismo para o projecto europeu.

OPINIÃO

OS LUCROS
ECO(I)LÓGICOSRICARDO SERRÃO
SANTOS

“ O alarme parece que ainda não soou de forma suficientemente audível.

O caso da fraude de emissões da Volkswagen veio colocar a nu uma realidade que há muito me parece evidente e para a qual tenho chamado a atenção em diversos fóruns entre os quais a sessão plenária do Parlamento Europeu do início deste mês. Constituiu mais um exemplo duma doença deste século onde a fé excessiva na tecnologia e a denegação corporativa do aquecimento global, movida pela procura fácil do lucro, faz com que a responsabilidade ambiental de empresas se reduza muitas vezes a ações de publicidade e imagem. Vivemos o advento do Eco. A publicidade adota cada vez mais o verde como cor, a natureza como cenário e o ideal sustentável como valor central. Mas a realidade ainda está longe destes conceitos promocionais que parecem capitular perante a ganância. O que aconteceu é um aviso sério e exige olhar com detalhe para as grandes corporações onde os interesses económicos fáceis e imediatos valem a mentira, a máscara e a omissão.

Já tive oportunidade de aqui citar a encíclica sobre o “A Crise Ecológica” onde o Papa Francisco afirma que “a maioria do aquecimento global nas décadas recentes é devido à grande concentração de gases de estufa libertados principalmente pela atividade humana”, identifica um dos eixos do mal que se instalou e que está na base do desenvolvimento assimétrico e na injustiça nas economias: “uma continuada exploração e destruição do ambiente, pelo qual culpa a apatia e a procura fácil do lucro”.

O degelo do Ártico é um destes casos. Apesar da comunidade científica considerá-lo “a sentinela do aquecimento global” o alarme parece que ainda não soou de forma suficientemente audível. Há, aliás, quem considere que será uma forma de encurtar distâncias e aumentar os lucros. Outros vislumbram uma oportunidade para aumentar os bancos de pesca e para estabelecer uma rota mais curta para o comércio internacional. Temo que esta seja uma avaliação pobre e de curto prazo. Uma visão que coloca em primeiro plano o lucro e o oportunismo que deve ser acautelada através da implementação de mecanismos de proteção e de mitigação dos efeitos sobre o clima.

Estamos em vésperas da cimeira do clima (COP 21) que se realiza em dezembro em Paris e que terá como principal objetivo estabelecer um novo acordo entre os países para reduzir a emissão de gases de efeito estufa, diminuindo o aquecimento global e em consequência limitar o aumento da temperatura global em 2°C até 2100.

Neste contexto o Intergrupo “Mar, Ilhas, Rios e Zonas Costeiras”, do qual sou vice-presidente para a Biodiversidade e Serviços dos Ecossistemas, lançou uma iniciativa denominada “Oceanos pelo Clima” que defende que a COP 21 assuma que os mares e oceanos têm um papel central nos esforços para combater o aquecimento global. É ilógico defender crescimento económico à custa da destruição do planeta. O aquecimento global deve ser combatido com verdade e tenacidade. Mais informações sobre o “Oceanos pelo clima” em: <http://searica.eu/en/documents/category/9-oceans-for-climate>.

Refugiados e conflito na Síria
nos discursos de Hollande e
Merkel em Estrasburgo

O Presidente francês, François Hollande, e Chanceler alemã, Angela Merkel, pediram aos responsáveis europeus que colaborem num só sentido para fazer frente à questão dos refugiados e ao conflito na Síria, durante os discursos que decorreram na sessão do Parlamento Europeu no início deste mês. O Presidente francês chamou a atenção para o que considera ser os desequilíbrios no Médio Oriente, afirmando que os confrontos religiosos e entre xiitas e sunitas podem “em alguns meses ou anos, ganhar maiores dimensões”, alertando que “não se pense que estaremos seguros. Será

uma guerra total. Uma guerra que poderá ter lugar também no nosso próprio território. Por isso, temos de agir”, justificando assim a intervenção militar francesa naquele território. François Hollande pediu a toda Europa que se envolva no “plano humanitário, político e diplomático, para construir na Síria” um novo caminho, “que dê à população síria uma alternativa a Bashar al-Assad ou ao Estado islâmico”.

Para a Chanceler alemã o “grande número de refugiados representa um teste de dimensões históricas. É um desafio para a Europa e para o resto do mundo assegurar que estes se-

res humanos possam ter uma vida digna nos seus países”. Angela Merkel acrescentou que “devemos resistir à tentação de retroceder, de agir à escala nacional. Este é o momento em que precisamos de mais Europa. A Alemanha e a França estão prontas. Apenas agindo em conjunto pode a Europa contribuir para a redução das causas da fuga e das expulsões”. Recorde-se que esta foi a primeira vez que os responsáveis da França e da Alemanha se dirigiram ao plenário desde 1989, ano em que o Helmut Kohl e François Mitterand discursaram semanas após a queda do muro de Berlim.

"Relatório Empowering Girls through Education
in the EU" de Liliana Rodrigues aprovado

O Parlamento Europeu aprovou o relatório “Empowering Girls Through Education in the EU” da deputada socialista Liliana Rodrigues, que pretende contribuir para a redução das desigualdades entre géneros através do reforço da educação junto das jovens raparigas.

Liliana Rodrigues entende que “um dos objetivos do relatório é garantir que os sistemas educativos dos Estados membros tenham presente a necessidade de ensinar as crianças, desde cedo, a conviver e a respeitar a diferença. Trata-se

de combater os estereótipos e os preconceitos que impedem uma real igualdade dos géneros. Trata-se de combater a incompreensão e, em muitos casos, o ódio e a violência contra o diferente. Acredito sinceramente que a educação é a melhor das vias para garantir que no futuro todos tenham os mesmos direitos em todos os domínios da sociedade e da vida. É verdade que estamos melhor, mas as coisas têm evoluído lentamente, inclusive nas instituições europeias. Para a deputada socialista madeirense “desenvolver um

pensamento crítico nas mulheres e nos homens é essencial para a eliminação de visões enviesadas e formatadas. Esse pensamento crítico e autónomo tem que ser trabalhado desde a infância”, acrescentando que a União Europeia deve liderar “essa mudança e servir de exemplo ao resto do mundo. Este é o tempo para dar um novo impulso à igualdade dos géneros e a educação é o meio. Mostrámos que existe vontade de fazer da Europa um lugar onde nada do que é diferente se torne estranho”.



António Costa em Bruxelas

António Costa participou na reunião dos socialistas europeus para preparação do Conselho Europeu de outubro que decorreu em Bruxelas. Este encontro foi antecedido de reuniões de trabalho com Gianni Pittella, líder do grupo

parlamentar do S&D no Parlamento Europeu e com os eurodeputados socialistas. A reunião com a delegação portuguesa serviu para uma troca de ideias sobre a situação política em Portugal e na Europa, bem como confir-

mar o trabalho que os deputados socialistas têm vindo a desenvolver.

O secretário-geral do PS teve também um encontro com o presidente do Parlamento Europeu, o socialista Martin Schulz.

Carlos Zorrinho alcança compromisso no Programa ISA²

O Programa ISA2, que visa continuar a promover referenciais e soluções de interoperabilidade nas administrações públicas europeias e na sua interação com os cidadãos e as empresas, foi objeto de um acordo informal estabelecido entre as equipas negociadoras do Parlamento Europeu e do Conselho. Com esse acordo, no âmbito do processo de codecisão, o programa poderá ser votado em plenário do Parlamento Europeu e pelo Conselho de forma a entrar em vigor a 1 de janeiro de 2016.

Ao mobilizar um financiamento de 130 milhões euros para um período de 5 anos, o Programa ISA2 dá sequência a mais de 20 anos de aposta comunitária na promoção da interoperabilidade entre as administrações públicas europeias.

Tendo em conta a evolução

tecnológica, o objetivo de maior envolvimento dos cidadãos e das empresas e a relação entre este Programa e a criação do Mercado Único Digital, o programa agora acordado tem significativos avanços em relação aos, designadamente:

- A importância dada à interação entre as administrações públicas, os cidadãos e as empresas, visando que as soluções sejam acessíveis aos utilizadores e criadoras de bons contextos de operação para as empresas, em particular as Pequenas e Médias Empresas (PME)

- O foco dado ao desenvolvimento de referenciais comuns como base para o desenvolvimento das soluções de interoperabilidade.

- A prioridade dada nos critérios de elegibilidade à reutili-

zação e à partilha de referenciais e soluções.

- A incorporação de critérios e procedimentos que favorecem a cooperação entre vários Estados Membros, combatem a exclusão digital e valorizam a criação de comunidades de utilizadores e a troca de boas práticas.

- A garantia da aplicação estrita do quadro legal europeu no que diz respeito à proteção de dados e à privacidade.

O relatório do Parlamento Europeu elaborado por Carlos Zorrinho, teve como comissão principal a comissão da Indústria, Investigação e Energia e contou também com os pareceres das comissões do Mercado Interno e da Proteção dos Consumidores (IMCO) e da Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos (LIBE).

OPINIÃO

O OUTRO DÉFICE

PEDRO SILVA PEREIRA



“ A estes tímidos sinais positivos, somam-se atitudes securitárias e xenófobas de alguns Estados membros.

No momento em que a tragédia dos refugiados começa a sair das primeiras páginas, o Presidente da Comissão Europeia (CE), Jean-Claude Juncker, veio à sessão plenária do Parlamento Europeu (PE), em Bruxelas, recordar que a atual crise dos refugiados está para durar.

Não é solução tentar minimizar a enorme dimensão deste problema, que convoca ações decisivas na frente externa e no plano do acolhimento e integração daqueles que vão continuar a procurar segurança no território europeu. De acordo com os dados de um recente inquérito promovido pelo PE, a imigração é já reconhecida pelos cidadãos europeus como o segundo maior desafio que se coloca à UE, logo a seguir ao desemprego. Mais: 66% dos inquiridos defendem que os assuntos da imigração devem ser decididos a nível europeu.

Têm-se multiplicado na UE cimeiras e reuniões aos mais variados níveis para discutir a melhor resposta ao fluxo de refugiados. Entretanto, a UE decidiu sobre a recolocação de 160 mil refugiados e a mobilização de recursos financeiros adicionais para fazer face a esta crise. O próprio PE aprovou um orçamento retificativo para 2015 no montante de 401,3 M€.

Ainda assim, a resposta europeia tem sido insuficiente e contraditória. A estes tímidos sinais positivos, somam-se atitudes securitárias e xenófobas de alguns Estados membros (EM) que, pelo encerramento de fronteiras e construção de novos “muros da vergonha”, pretendem afastar do seu território estes fluxos de refugiados em situação muitas vezes desesperada. Por outro lado, enquanto a UE decide reforçar a ajuda humanitária, os EM mostram-se incapazes de honrar os compromissos formais assumidos nesse sentido na Cimeira de 23 de setembro. O incumprimento destes compromissos foi denunciado pelo próprio Presidente da CE com números concretos: faltam 225 M€ para ajuda humanitária, 492 M€ para o Fundo Fiduciário para a Síria e 1791 M€ para o Fundo Fiduciário para a África. Confirma-se, assim, um claro défice entre as conclusões finais das cimeiras e as ações concretas de resposta à crise dos refugiados.

Esta crise exige um plano coerente e integrado, capaz de mobilizar várias políticas, como a política de cooperação para o desenvolvimento, a política de ajuda humanitária e a política europeia de vizinhança. Um plano que distinga as medidas de emergência e as medidas a médio e longo prazo, incluindo uma política comum de asilo e de imigração da UE. Estas são as reformas necessárias para combater um défice entre a retórica e a ação, em homenagem aos valores europeus. Ora aí está uma agenda para as reformas estruturais que verdadeiramente interessam!

Oxalá a Cimeira de La Valletta, que se vai realizar no próximo mês de novembro e em que a UE estará frente a frente com os países africanos, traga, finalmente, o necessário impulso político na direção certa.

ENTREVISTA
ANA GOMES

"Eu não concebo nenhuma Europa que não seja progressista"



FOTO: PE

"Participou nos dias 15 e 16 de outubro na conferência "Rumo a uma Europa Progressista", em Berlim, que juntou deputados socialistas para discutir reformas económicas, fiscais e orçamentais. A componente social destes temas está salvaguardada?"

A componente social está inteiramente dependente dos recursos para relançar o investimento, o crescimento e a criação de postos de trabalho, em particular nos países que foram objeto de um programa de ajustamento, como é o caso de Portugal. Estas reformas são essencialmente políticas e o seu objetivo tem de ser a manutenção dos serviços inerentes ao Es-

tado social e de interesse público. A questão da fiscalidade é absolutamente central e não pode ser resolvida apenas a nível nacional. Em Portugal, temos o exemplo de como a fiscalidade, nestes últimos quatro anos, se tornou ainda mais perversa, afetando diretamente as classes mais pobres e beneficiando as grandes entidades. A harmonização fiscal ao nível europeu e o trabalho que estamos a fazer no Parlamento Europeu (PE) na comissão Especial sobre Decisões Fiscais Antecipadas e outras Medidas de Natureza ou Efeitos Similares (TAXE) são fundamentais.

Como é que podemos convencer o povo alemão

da importância dessa componente?

Contrariando a narrativa da direita, que é a que tem prevalecido. E indo à Alemanha discutir. Quando a Grécia provou tudo o que estava de errado no programa de austeridade cega, foi preciso arranjar um bom exemplo e Portugal foi apontado como o bom aluno. Ora, nós sabemos que boa parte das circunstâncias que, apesar de tudo, evoluíram positivamente em Portugal se devem sobretudo à atuação do Banco Central Europeu e menos às políticas do governo, designadamente no cumprimento do programa da Troika.

Não podemos alinhar na ideia

de que Portugal está no bom caminho mas temos de deixar claro que Portugal e o povo português querem encontrar esse caminho. E esse trabalho tem de ser feito por nós, socialistas.

Há um envolvimento na procura de soluções por parte de todos os Estados membros?

Teoricamente sim, mas na prática não me parece. Há um esforço desigual, a várias velocidades, em que prevalece a ideologia neoliberal, contaminando por vezes pessoas e Governos que se dizem da família socialista. É por isso que é muito importante o virar de página em Portugal, na medida em que

isso poderia ajudar a Europa a seguir em frente.

Uma Europa progressista pode dar-se ao luxo de ignorar a crise dos migrantes e refugiados?

Uma Europa, qualquer que ela seja, não se pode dar a esse luxo, e eu não concebo nenhuma Europa que não seja progressista. Qualquer posicionamento político que implique negar a humanidade e a dignidade, negar a obrigação da Europa de ter políticas de acolhimento e políticas externas coerentes que ajudem a resolver os problemas que estão na base desta crise, é anti-europeu, na medida em que se trata da nossa própria segurança e prosperidade.

B R E V E S

■ **Francisco Assis** questionou a Comissão Europeia sobre que medidas pretende tomar sobre o caso do ativista angolano Albano Bingobingo, que esteve em greve de fome numa prisão de Luanda mais de duas dezenas de dias sem ter recebido qualquer cuidado de saúde e detido em condições sub-humanas. O eurodeputado questionou também sobre como pretende a UE pugnar pelo integral respeito pela liberdade de expressão em Angola e pelo tratamento condigno dos presos".

■ **Maria João Rodrigues**, intervindo no debate com o Presidente da Comissão, Jean-Claude Juncker, e o ministro luxemburguês a cargo da presidência, Nicolas Schmit, defendeu que "o debate em torno da reforma da União Económica e Monetária (UEM) deve continuar no topo da agenda europeia". A vice-presidente socialista sublinhou que "a UEM continua a gerar desequilíbrios e divergências em vez de gerar convergência" e "que todos os países da UE vão beneficiar se os problemas da sua conceção forem corrigidos". A deputada defendeu "uma capacidade orçamental para compensar aquilo que os Estados membros já não podem fazer com os seus orçamentos nacionais".

■ **Carlos Zorrinho** participou na 7ª Conferência Internacional – Governança dos

Sistemas de Informação na Galáxia da Internet, em Lisboa, tendo abordado o tema "A União Digital e o Futuro da União Europeia". Na plenária de Estrasburgo de 6 de outubro, o eurodeputado socialista defendeu que "a proposta de um instrumento comum de avaliação para todos os Estados membros para controlar as emissões das médias instalações de combustão, abre uma linha de ação que poderá ser alargada a outros sectores e atividades geradoras de emissões e poderá vir a integrar acordos internacionais que a Europa venha a estabelecer no domínio do controlo do aquecimento climático e no domínio comercial".

■ **Elisa Ferreira** questionou formalmente a Comissão Europeia e as três autoridades europeias de supervisão dos bancos, seguros e mercados financeiros sobre a nova plataforma Symphony que encripta as comunicações entre bancos. A deputada manifestou-se muito preocupada com as consequências desta plataforma que torna as comunicações entre bancos inacessíveis para os supervisores e pede que eventuais lacunas nas regras europeias sejam rapidamente corrigidas.

■ **Ricardo Serrão Santos** questiona Comissão Europeia sobre atrasos e data prevista para a entrada em vigor do FEAMP

- Fundo Europeu dos Assuntos do Mar em Portugal. Para o eurodeputado socialista este atraso no fundo, que deveria estar operacional desde janeiro de 2014 e que ainda não está disponível, tem provocado instabilidade e incerteza nos diferentes atores marítimos.

■ A comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos aprovou um relatório sobre a prevenção da radicalização e do recrutamento de cidadãos europeus por organizações terroristas. A eurodeputada **Ana Gomes** é a responsável pelo dossiê dos Socialistas & Democratas e conduziu as negociações com a relatora do Partido Popular Europeu, Rachida Dati, ex-ministra da Justiça francesa. Como relatora-sombra, Ana Gomes conseguiu apoio de todos os grupos políticos da esquerda e dos liberais no PE para alterar de forma fundamental o texto inicial do relatório que, erradamente, colocava a tónica na repressão da radicalização, na limitação da liberdade de expressão, nomeadamente na internet. Para Ana Gomes, o texto que seguirá para a votação em plenária em novembro é o reflexo do que a esquerda consegue alcançar quando se une.

■ **Pedro Silva Pereira** integra, na qualidade de relator do Parlamento Europeu

(PE) para o acordo comercial UE-Japão, a delegação da comissão do Comércio Internacional a Tóquio, de 4 a 6 de novembro. A delegação do PE terá várias reuniões de alto nível com ministros chave para as negociações em curso (Ministério de Economia e Comércio, Negócios Estrangeiros, Agricultura e da Reforma Regulamentar), bem como com parlamentares japoneses, representantes da Federação Empresarial Japonesa e de setores relevantes como a indústria automóvel. Recorde-se que Pedro Silva Pereira tem defendido uma aceleração destas negociações como resposta à recente conclusão da Parceria Transpacífica (TPP) entre os Estados Unidos, Japão e dez outros países da região do Pacífico.

■ **Liliana Rodrigues**, vice-presidente para a cultura no EUROMED - Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo) desloca-se a Roma em novembro para participar num encontro de alto nível sobre a questão dos refugiados. O objetivo deste encontro, que irá reunir diferentes entidades dos diversos Estados membros, será a criação de um projeto que permita um diálogo intercultural e inter-religioso de maneira a prevenir os radicalismos no território europeu.